

# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público

**Cargo: Defensor Público de 2.ª Categoria do Estado de Sergipe**

Aplicação: 25/7/2005



**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém uma proposta para elaboração de peça sobre matéria cível (Parte I) e duas questões (Parte II), correspondentes à prova discursiva  $P_2$ , acompanhadas de páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 8 Não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA

- I **27/7/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/dpse2005> —, quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, em Aracaju.
- II **28 e 29/7/2005** – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/dpse2005>.
- III **24/8/2005** – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório das provas discursivas: locais mencionados no item I e Diário Oficial do Estado de Sergipe.
- IV **25 e 26/8/2005** – Recursos (provas discursivas): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **16/9/2005** – Resultado final das provas discursivas e convocação para a prova oral: locais mencionados no item III.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1/2005 – DP/SE, de 8/6/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

## PROVA DISCURSIVA P<sub>2</sub>

- Na peça — que vale **seis** pontos — e nas duas questões a seguir — que valem **dois** pontos cada uma —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Tanto na peça quanto nas duas questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecidas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- **ATENÇÃO!** No **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### PARTE I – PEÇA SOBRE MATÉRIA CÍVEL

Mário — brasileiro, comerciante, residente e domiciliado em Aracaju – SE — foi casado durante três anos com Beatriz — brasileira, costureira, residente e domiciliada em Aracaju – SE — no período de dezembro de 1999 a fevereiro de 2003, quando se separaram judicialmente.

Em 23/3/2002, ocorreu o nascimento de Plínio, que foi registrado como filho biológico do casal.

Posteriormente, Mário tomou conhecimento de que era portador de uma doença congênita, que não lhe permite procriar, conforme atestado médico.

Dessa forma, Mário concluiu não ser o pai biológico de Plínio e decidiu questionar, em juízo, a paternidade e o registro de nascimento do filho da ex-esposa. Por ser juridicamente pobre, procurou a Defensoria Pública.

Atualmente, Plínio encontra-se sob a guarda e responsabilidade de sua genitora.

---

Diante dessa situação hipotética, proponha, na qualidade de defensor público do estado de Sergipe, a medida judicial cabível para proteção dos interesses de Mário, abordando todos os aspectos de direito material e processual pertinentes e observando que a petição inicial contenha todos os requisitos legais.

Extensão máxima: 90 linhas

---

## RASCUNHO – PARTE I

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## RASCUNHO – PARTE I

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## RASCUNHO – PARTE I

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

## PARTE II – QUESTÕES SOBRE MATÉRIA CÍVEL

### QUESTÃO 1

Considere a hipótese de que volumoso e pesado objeto de metal tenha caído da janela do apartamento de propriedade de Pedro, localizado no 3.º andar de edifício residencial, em Aracaju – SE, sobre uma motocicleta, de propriedade de Carlos, que se encontrava estacionada em local próprio, danificando-a. Carlos desempenhava a atividade conhecida como *moto-boy* para a entrega de remédios e outros produtos. O apartamento encontrava-se alugado para Amélia.

Carlos tentou, sem sucesso, o ressarcimento do prejuízo sofrido, razão pela qual procurou a defensoria pública local.

Diante dessa situação hipotética, redija um texto dissertativo de forma fundamentada, abordando a legitimidade passiva para responder pelos prejuízos e especificando os danos pelos quais a vítima deverá ser ressarcida.

Extensão máxima: 30 linhas

### RASCUNHO – PARTE II – Questão 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

João, por meio da defensoria pública, propôs ação de execução de título judicial em desfavor de Ana. Após a citação válida da executada, esta, por meio de advogado constituído, informou não possuir bens a indicar à penhora. Os autos permaneceram paralisados em cartório por quase um ano, após o que foram conclusos ao juiz, que determinou a intimação do exeqüente para dar andamento ao processo, sob pena de extinção do feito. O exeqüente não atendeu à intimação judicial, o que levou o juiz a extinguir o feito, de ofício, com base no art. 267, III, do Código de Processo Civil, por abandono por parte do autor, sem julgamento do mérito.

---

Diante da situação hipotética acima apresentada, redija um texto argumentativo, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ possibilidade da extinção de ofício da execução e da intimação pessoal do exeqüente patrocinado pela Defensoria Pública;
- ▶ consequência jurídica da inexistência de bens a serem penhorados na ação de execução.

**Extensão máxima: 30 linhas**

---

## RASCUNHO – PARTE II – Questão 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	